

Uma abordagem Feminista da inclusão fragmentada do género em matéria de segurança da União Europeia

María Francisca Gonçalves

RESUMO: Este estudo visa analizar como a União Europeia (UE) interpreta e adapta internamente a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” de uma perspectiva feminista. Especificamente, investiga se a UE não é guiada pela masculinidade hegemónica na formulação de políticas na área da segurança e se a implementação de uma política externa europeia feminista poderia ser a solução. Neste contexto, o género é definido como sendo interseccional e entendido como não binário, ou seja, abrangendo toda a experiência humana e sendo desconstruído e repensado a fim de abordar realmente a violência que dela resulta. Para testar a hipótese de que as instituições da UE operam dentro de um quadro hegemónico masculino, foi realizada uma análise da política de género na área da segurança através de uma lente feminista, em favor da descoberta de padrões de género e estereótipos ligados à instituição.

Palavras-chave: União Europeia, Igualdade de género, Estereótipos de género, Segurança, Feminismo

RESUMO: Este estudo ten como obxectivo analizar como a Unión Europea (UE) interpreta e adapta internamente a Axenda “Mulleres, paz e seguridade” desde unha perspectiva feminista. En concreto, investiga se a UE non se guía pola masculinidade hexemónica na formulación de políticas de seguridade e se a aplicación dunha política exterior feminista europea podería ser a solución. Neste contexto, o xénero defínese como interseccional e entendido como non binario, é dicir, que abarca toda a experiencia humana e que se deconstrúe e repensa para tratar realmente a violencia que resulta dela. Para comprobar a hipótese de que as institucións da UE operan nun marco hexemónico masculino, levouse a cabo unha análise da política de xénero no ámbito da seguridade a través dunha lente feminista, a favor do descubrimento de patróns e estereotipos de xénero vinculados á institución.

Palabra clave: Unión Europea, Igualdade de xénero, Estereotipos de xénero, Seguridade, Feminismo

RESUMEN: Este trabajo pretende analizar cómo la Unión Europea (UE) interpreta y adapta internamente la “Agenda Mujer, Paz y Seguridad” desde una perspectiva feminista. En concreto, se investiga si la UE no se guía por la masculinidad hegemónica en la elaboración de la política de seguridad y si la aplicación de una política exterior europea feminista podría ser la solución. En este contexto, el género se define como interseccional y se entiende como no binario, es decir, que abarca toda la experiencia humana y que se deconstruye y replantea para abordar realmente la violencia que se deriva de él. Para poner a prueba la hipótesis de que las instituciones de la UE operan dentro de un marco hegemónico masculino, se llevó a cabo un análisis de

la política de género en el ámbito de la seguridad a través de una lente feminista con el fin de descubrir los patrones y estereotipos de género vinculados a la institución.

Palabras clave: Unión Europea, Igualdad de género, Estereotipos de género, Seguridad, Feminismo

ABSTRACT: This paper aims to analyse how the European Union (EU) interprets and adapts the “Women, Peace and Security Agenda” internally from a feminist perspective. Specifically, it investigates whether the EU is not guided by hegemonic masculinity in security policy-making and whether the implementation of a feminist European foreign policy could be the solution. In this context, gender is defined as intersectional and understood as non-binary, i.e., encompassing the whole human experience and being deconstructed and rethought to really address the violence that results from it. To test the hypothesis that EU institutions operate within a male hegemonic framework, an analysis of gender policy in the security area was conducted through a feminist lens in favour of uncovering gender patterns and stereotypes attached to the institution.

Keywords: European Union, Gender Equality, Gender Stereotypes, Security, Feminism

“Too often we still see in our societies that it’s harder if you are a woman to be able to succeed. It’s more challenging, there are more criticisms, more hurdles we have to get over, and there are more chances that you have to take”

Discurso de Catherine Ashton, na conferência da ONU “Women in political participation”, 19 de Setembro de 2011 (Serviço Europeu para a Ação Externa, 2011)

1. Introdução

A mediação é um instrumento de prevenção e resolução de conflitos no qual o sucesso é, *inter alia*, o resultado da identidade, do desempenho da mediação e do comportamento do mediador (Bercovitch, 2009, p. 40). Nesta matéria, a União Europeia (UE), enquanto ator político, cuja identidade é definida pela sua ideia de ser um projeto de paz, tem muito para oferecer, através da sua abordagem inclusiva à resolução do conflito e construção da paz. Consequentemente, a mediação é um instrumento imperativo no entendimento europeu para a diplomacia pública da paz e da segurança.

Como parte deste processo para a construção da paz, a UE também se comprometeu a assegurar a sensibilidade ao género na mediação. No entanto, as mulheres continuam sistemática e significativamente sub-representadas nos processos de mediação, negociação e diálogo formais e semiformais (Conselho da União Europeia, 2009, p. 6). Ademais, o papel do género continua a ser ignorado pela academia na análise do processo e resultado dos acordos de paz quando a compreensão da dinâmica do mesmo ajuda a compreender a dinâmica do conflito, mas para esse efeito é, também, preciso envolver e reconhecer o valor do género feminino na discussão.

Assim, este artigo tem como um dos seus objetivos analisar a forma como a UE interpreta e adapta internamente a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (WPS), numa ótica feminista, uma vez que, o feminismo ajuda a problematizar os locais de poder nas instituições com base no género. Ademais, vê o género como socialmente construído e muitas vezes dependente dos privilégios, hierarquias e qualidades atribuídas ao que é considerado masculino e ao que é considerado feminino. Além disso, o artigo pretende responder à seguinte pergunta: Como seria uma política Feminista do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE)? Em que medida a igualdade de género está incluída na prevenção de conflitos da SEAE?

Para esta análise, serão utilizados documentos oficiais da UE que se centram na segurança, nas estratégias de género, nas capacidades de mediação da UE. Os documentos incluem comunicados de imprensa oficiais.

Esta investigação tem relevância para o cenário atual, uma vez que, a UE se afirma enquanto ator que promove a igualdade de género (Gender Equality Strategy 2020-2025, 2020, p. 2). Deste modo, para que esta afirmação se torne verdadeira é importante analisar quais os obstáculos e oportunidades para a implementação da mesma.

Deste modo, na primeira secção do trabalho irei analisar a política de segurança da UE em matéria de género, dando ênfase à implementação da resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a agenda da WPS no âmbito europeu. Posteriormente, será analisada a segurança da UE em matéria de género sobre uma lente feminista, com o objetivo de descobrir padrões de género e estereótipos ligados à instituição. Em seguida, será debatido o lugar do género na mediação, na resolução de conflitos no âmbito do SEAE e, adicionalmente, será analisado o papel da representação feminina em posições de liderança da SEAE. Por fim, serão também os benefícios de uma política feminista e de qual o input que as mulheres poderão dar para a mesa de negociação. Na última secção, o argumento será resgatado e discutir-se-ão algumas considerações finais e implicações futuras de pesquisa.

2. Plano de Ação da UE sobre a Agenda WPS

A 31 de outubro de 2000 foi aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, na sua 4213^a reunião, a Resolução 1325(2000). Esta tem vindo a ser a pedra angular para a procura de representação inclusiva e participação em negociações de paz, ao colocar a problemática das Mulheres, Paz e Segurança (WPS) na agenda da comunidade internacional (Townes & Aggestam, 2018, p. 2). A resolução expõe que os conflitos têm impactos diferentes nas mulheres e que, por esse motivo, são necessárias intervenções que reconheçam as questões de género, as experiências das mulheres em situações de conflito e pós-conflito, e a sua contribuição para a resolução e prevenção dos mesmos (Pratt & Richter-Devroe, 2011, p. 490). Segundo Kronsell (2015a), grande parte da narrativa em torno da agenda WPS deriva da presunção de que a persistente sub-representação das mulheres contribui para um ambiente abertamente masculino, ou seja, que a forma como as mulheres estão posicionadas dentro das instituições de paz e segurança é uma peça chave para uma compreensão mais ampla do género nas práticas de resolução de conflitos internacionais (Kronsell, 2015a, p. 15). Ademais, a agenda da WPS tem como inspiração uma literatura feminista que documenta o papel histórico dos grupos de mulheres em

todo o mundo na mobilização contra a guerra, violência e militarismo (Pratt & Richter-Devroe, 2011, p. 490). No entanto, tem sido argumentado e criticado que na agenda da WPS as mulheres são representadas com uma dupla identidade: são agentes com capacidade para gerar mudança e são vítimas (Shepherd, 2011, p. 510). Aqui a questão da “vítima” é especialmente relevante e observável nas resoluções quando é mencionada a violência sexual durante conflitos armados. Por outras palavras, a resolução 1325 (2000) reitera a importância restrita de atuar sobre os crimes perpetrados contra as mulheres “particularly rape and other forms of sexual abuse” (Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC), 2000). Embora a violência sexual durante conflitos armados exija a nossa atenção, o foco exclusivo na mesma silencia uma série de questões importantes como ignora a existência de violência sexual perpetrada contra indivíduos do sexo masculino durante e pós-conflito. Desta forma, a vitimização sexualmente exclusiva em cenários de guerra e na agenda da WPS, sexualiza o corpo da mulher e cria esta dinâmica dual na agenda da WPS. Esta visão, infelizmente, não reforça a ideia de que a ausência da participação das mulheres em conflitos é resultado da construção social dos papéis de género.

A narrativa que liga o género à paz e à segurança na UE está inserida no desempenho desta na implementação e na promoção da agenda WPS (Haastrup, 2018, p. 222). Para a UE, a agenda da WPS mapeia a inclusão do género para os objetivos mais amplos da política como proponente da inclusão do género. Por esse motivo, a UE vê a promoção da igualdade como parte da sua identidade central como ator político e reconhece a igualdade de género e o empoderamento das mulheres como um pré-requisito para lidar com a prevenção, gestão e resolução de conflitos (Conselho da União Europeia, 2019, p. 3).

Em 2008, o Conselho da UE adotou o “Plano Nacional de Ação para implementação da Resolução CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança” (Conselho da União Europeia, 2008, p. 2), que apela a uma “gender perspective, encompassing both women and men, should inform EU external actions in order to achieve a comprehensive response to the threats faced by the civilian population in times of conflict and in its aftermath” (Conselho da União Europeia, 2008, p. 4).

Com base em fontes primárias, Macrae (2010) mostra que as instituições da UE, bem como os Estados-membros, têm procurado, de forma consistente, defender a igualdade de género como um valor fundamental da UE através de disposições legais formais. Um exemplo disso é o Art.º 3 n.º 3 do Tratado da União Europeia (TUE) que reitera a necessidade de promover justiça e igualdade entre homens e mulheres.

Note-se que enquanto a Comissão Europeia continua a repetir discursos sobre “a igualdade entre mulheres e homens como um dos valores fundamentais da UE” (Comissão Europeia, 2019a, p. 5) o objetivo de 40% (Comissão Europeia 2019b) de mulheres em posições de gestão na Comissão foi atingido. Desta forma, atualmente, as mulheres correspondem a 42% desses cargos. Contudo a área da Política de Defesa e de Segurança Comum continua a ser uma área predominantemente masculina.

No que diz respeito ao SEAE, no seu conjunto, a Secretária-Geral é a alemã Helga Schmid, mas para além de Schmit e de Hilde Hardeman, Chefe do Serviço da Comissão Europeia para Instrumentos de Política Externa, há uma representação bastante baixa de mulheres (Serviço Europeu para a Ação Externa, 2020a). No entanto, importa realçar que, em 2020,

através de webinars e do apoio de muitas mulheres e organizações feministas, o SEAE investiu extensivamente na capacitação de mulheres sírias enquanto agentes na negociação para a paz, promovendo a sua voz a nível internacional (Serviço Europeu para a Ação Externa, 2020b).

Contudo, importa realçar que embora se observe um domínio masculino na dimensão militar da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), esta desigualdade aparente raramente é discutida ou questionada (Kronsell, 2015a, p. 7). Embora tenha havido repetidos compromissos políticos em prol da integração das perspetivas de género na PCSD, a implementação permanece fragmentada (Wöhl & Springler, 2020, p. 62), pois o género foi conceptualizado na PCSD como sendo principalmente “vulnerable women in far places” (Kronsell, 2015a, p. 19), ou seja, de que a PCSD deveria atuar como um “protetor” das comunidades mais vulneráveis. Deste modo, importa salientar que a identidade de género é construída com base em ideias pré-concebidas com raiz no que se chama o binário de género – homem; mulher. Note-se que certas características atribuídas ao género masculino preservam e promovem desigualdades vividas entre homens e mulheres. Por exemplo, a incapacidade de expressar fraqueza e, conseqüente, necessidade de não procurar ajuda aquando uma situação de angústia emocional é uma característica que Valkonen e Hänninen argumentam estar estereotipicamente associada à masculinidade (Valkonen & Hänninen, 2012, p. 161)

Assim, este binário de género está de tal forma enraizado na sociedade que é difícil o desconstruir e olhar para o mundo com uma lente não binária. Enquanto este fenómeno não ocorrer, o que se observa no sistema é a persistência em manter um sistema de género, que identifica a masculinidade à proteção do mais fraco, levando a que a PCSD se desenvolva dentro de um ambiente essencialmente masculino, não tendo em conta a plenitude da experiência humana, mas sim as vivências do homem. Por outras palavras, o conteúdo da segurança da PCSD não engloba qualquer consideração das experiências e estatuto das mulheres (ou mesmo de minorias, sejam elas étnicas, sexuais, económicas, etc.). Desta forma, a crítica que se tece é que ocorre uma ausência de reflexão sobre se as medidas e compromissos adotados são parciais, na prática e na teoria, ou se de facto irão abranger a totalidade da população identificada.

3. A UE sob uma lente Feminista

Para entender o modo como o género é tratado no contexto das capacidades de mediação da UE, é preciso primeiro compreender a perspetiva feminista na instituição. As próprias instituições, e não apenas o ser humano *per se*, são portadoras de género. Assim, o género ajuda a moldar as expectativas e práticas dos indivíduos “em padrões relativamente estáveis e previsíveis” (Towns & Aggestam, 2018, p. 11). Em 1998, Lovenduski questiona-se sobre “What does it mean to say that an institution is gendered?” (Lovenduski, 1998, p. 348) e argumenta que são necessários dois fatores para responder a esta pergunta. Primeiramente, todos os membros de uma instituição têm um sexo e um género. É possível evidenciar que no seio de uma instituição existe uma “gendered substructure that is reproduced daily in practical work activities” (Acker, 1990, p. 147), na qual os indivíduos decretam continuamente masculinidades e feminidades particulares. Em segundo lugar, a experiência dos indivíduos varia tanto por sexo como por género, ou seja, que é importante prestar atenção não só à forma como os indivíduos agem,

mas também ao significado destas ações, uma vez que, a representação do género tem um significado diferente para as mulheres do que para os homens enquanto atores institucionais. Isto não quer dizer que as instituições sejam patriarcais no seu seio, mas sim que são geralmente pautadas por serem “masculinas”. Embora seja visível nas instituições políticas nas construções de feminilidade e masculinidade, o ideal masculino sustenta as práticas e normas institucionais (Thomas, 1998, p. 20). Por esta razão é que é tão importante uma visão feminista das instituições, pois questiona o que parece evidente por si mesmo. Ao tornar o normal estranho (Ferguson, 1993, p. 8), uma análise feminista desafia pressupostos e práticas anteriormente assumidas como aceitáveis, unificadas e naturais, apelando para a necessidade de desconstruir e explicar o “normal”. A metodologia feminista, como Cynthia Enloe afirmou, usa a nossa curiosidade para perguntar sobre o que foi tomado como garantido ou permaneceu sem articulação (Kronsell, 2005b, p. 6).

Uma abordagem feminista presta especial atenção ao papel que indivíduos ou grupos de interesse específicos desempenham dentro de um dado contexto institucional. Este reconhecimento do papel dos agentes é crucial porque “through a deepened engagement with those in a position to enable change, we can better observe the opportunities and constraints of the institution to accept new rules, norms and practices of gender inclusivity” (Haastrup, 2018, p. 226). Note-se que o feminismo reitera que a inclusão não é uma questão de números, mas sim de enquadrar e reestruturar a diplomacia (Townes & Aggestam, 2018, p. 5). Além disso, a análise feminista pode, a longo prazo, ajudar a problematizar os locais de poder nas instituições com base no género, permitindo-nos desembrulhar a contestação no significado da interação entre género e segurança dentro da UE e o seu impacto nas capacidades de mediação da UE (Haastrup, 2018, p. 225).

Posteriormente, tem-se argumentado que a inclusão das perspetivas de género em áreas de elaboração de políticas da UE tem sido possível devido à existência de “velvet triangles”. Este conceito é utilizado por Woodward para se referir as “femocratas”, isto é, a indivíduos posicionados dentro de uma estrutura burocrática que estão motivados a trabalhar para uma mudança transformadora em consonância com os objetivos feministas (Guerrina & Wright, 2016, p. 298). No entanto, Woodward (2004) indica que não existem femocratas no SEAE, o que é infeliz. O estabelecimento do SEAE como uma nova instituição gerou “an opportunity to put greater emphasis on the gender dimension of security and foreign policy” (Guerrina & Wright, 2016, p. 303). No entanto, a falta de mulheres em cargos de liderança nesta área política “crystallises the internal-external dichotomy in EU’s role as a gender actor” (Guerrina & Wright, 2016, p. 303) e indica que a SEAE tem centrado a sua ação/atividades no desenvolvimento da sua identidade no quadro institucional europeu. De acordo com o Relatório de Recursos Humanos da SEAE de 2019, as mulheres constituem 34,8% dos administradores (AD), mas abaixo de cerca de 5% dos empregados nos graus mais altos (AD 15 e AD 16). Importa salientar que a carreira de administrador vai do grau AD 5 ao grau AD 16.

Outra disparidade significativa de género pode ser observada entre os peritos nacionais destacados, frequentemente destacados pelos serviços militares. A maioria, 74,8%, eram homens (Serviço Europeu para a Ação Externa, 2019, p. 39). Além disso, apenas 22 dos 176 funcionários do Estado-Maior da União Europeia (EUMS) são do sexo feminino (Parlamento

Europeu, 2020). Desta forma, face à desproporcionalidade de género evidenciada, não surpreende que a Perita Sénior em Género da SEAE seja a Charlotte Isaksson, a responsável pelos direitos humanos seja a Luisa Ragher e a responsável pela migração e segurança humana seja a Christine Grau. Estes três cargos têm em comum serem ocupados por mulheres e serem ligados ao pacifismo. Por outro lado, o Director-Geral do Estado-Maior da União Europeia é Hervé Bléjean, o responsável pela Luta contra o Terrorismo é Oronzo Console e o responsável pela Inteligência é Radoslaw Jeżewski. O que estes três cargos têm em comum é serem ocupados por homens e serem ligados à prática de fazer guerra e não à resolução da mesma. Ou seja, a SEAE segue a tendência de associar a feminilidade à paz e a masculinidade à agressão.

Note-se que há igualmente consenso entre os estudiosos feministas de que a UE, em matéria como o SEAE, tem falhado em incorporar o género nas suas políticas externas. Van der Vleuten argumenta que embora a UE se posicione como líder mundial na promoção da igualdade de género, observa-se uma dissonância entre o atual poder normativo da UE, transposto para a ordem internacional e a metodologia de implementação de políticas externas, com vista a esses mesmos valores (Van der Vleuten, Van Eerdewijk & Roggeband, 2014, p. 68). Por outras palavras, quando o género se apresenta como possível entrave ao progresso nas negociações internacionais, a UE contradiz-se ao criar uma tensão entre a retórica da UE sobre a promoção da igualdade de género e a sua própria incapacidade de implementar uma dimensão de género. Note-se que, uma evidência desta situação é a carência de instrumentos orçamentais específicos para assegurar que as suas despesas promovam a igualdade de género. De acordo com o Departamento de Política Orçamental da Direção-Geral de Políticas Internas da União, desde 2015 tem havido muito poucos progressos na elaboração de orçamentos com base no género e uma falta de recolha de dados desagregados por género (Departamento de Política Orçamental, 2019, p. 21). Além disso, há uma clara “lack of a consistent EU-level commitment and strategy to: incorporate gender equality as a principle, and gender mainstreaming as an implementation tool of the EU budget and spending programmes” (Departamento de Política Orçamental, 2019, p. 10).

Adicionalmente, apesar da UE ter reconhecido em 2008 que o género é “socially constructed” e “not only about women” (Conselho da União Europeia, 2008, p. 5), o género continua a ser amplamente entendido de forma não interseccional, isto é, como sinónimo de mulheres/homens brancas/brancos, heterossexuais (Davis, 2018, p. 7). Por outras palavras, é crucial reconhecer o espectro completo da identidade humana ao abordar os estereótipos de género e os danos adjacentes.

Desta forma, a UE ao continuar a enquadrar o género de forma estreita, reproduz um entendimento exclusivo e binário do género, que se baseia em ideias estereotipadas sobre mulheres e homens. Assim, estes mesmos estereótipos se não forem desconstruídos irão moldar as ações da UE, uma vez que, os atores que formulam políticas da UE estão profundamente enraizados numa sociedade binária. Consequentemente, irão criar estratégias com base em atitudes, valores e normas estereotipadas que justificam a manutenção “power relationships between different gender identities” (Davis, 2018, p. 4). Logo, o género tem que ser repensado e desvinculado de relações hierarquicamente estruturantes de poder associadas à masculinidade ou à feminilidade (Cohen, 2013, p. 3).

Note-se que em 2017, um documento solicitado pela Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu (SEDE) teceu críticas à incapacidade da UE de ir além da teoria quando se trata de igualdade de género. Nesse relatório, vem relatada a contínua sub-representação das mulheres, particularmente em posições de liderança no âmbito do SEAE e nos órgãos de decisão mais altos da UE. (Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu, 2017, p. 20)

Ademais, o estudo expôs a falta de incorporação de uma perspectiva de género nas atividades das missões do CDSP e como não havia recursos suficientes alocados para que a mesma ocorresse. (Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu, 2017, p. 9)

Deste modo, a compreensão incompleta do género, a incapacidade de reconhecer sistematicamente os fatores de conflito e estabilidade recorrentes do género e a noção mal interpretada de que a paz e a segurança são neutras em termos de género, bem como a sub-representação das mulheres nas estruturas internas da EAES, deixaram o género como “margins of EU external affairs” (Guerrina & Wright, 2016, p. 305).

4. Onde está o género na resolução de conflitos?

Tal como delineado nas Conclusões do Conselho sobre Prevenção de Conflitos, a UE compromete-se a incluir o género na prevenção de conflitos. Não obstante, “gender inequality, and gendered norms as structural root causes of conflict are not systematically accounted for in the EU’s conflict prevention work” (Bernarding & Lunz, 2020, p. 30).

Deste modo, a agenda WPS permanece insuficientemente integrada no trabalho da UE em matéria de prevenção de conflitos, uma vez que, a inclusão do género não se trata de questões quantitativas, mas sim de desconstruir mentalidades e compreender como o género molda atitudes e comportamentos que podem ou não levar ao sucesso da mediação. No caso da UE, a questão do género não é elemento de reflexão na formulação da política de prevenção de conflitos da UE, ou sequer reconhecida como importante (Davis, 2018, p. 10).

A prevenção de conflitos, na UE, é enquadrada como “gender neutral”, sendo que o problema com este método é que “[...]male norms and male behaviour have been taken to represent the human norm” (Skelsbaek & Smith, 2001, p. 1). Uma perspectiva feminista que chama a atenção para as hierarquias de género permite-nos desconstruir uma abordagem “gender neutral”, ou melhor “gender blind”, que perpetua as discriminações contra as mulheres já em vigor em tempos de paz. Assim, ao tornar visível e documentada a plenitude da experiência humana, consequentemente, deixaríamos de considerar as experiências e privilégios dos homens como a norma (Puechguirbal, 2012, p. 5).

Por outras palavras, contrariamente com o que vêm delineado no Conceito de Reforço das Capacidades de Mediação e Diálogo da UE, adotado pelo Conselho em 10 de novembro de 2009 (15779/09), a importância da participação significativa das mulheres e a responsabilidade da UE em apoiá-las para assegurar que os processos de mediação e as negociações de paz possam dar conta da experiência das mulheres em conflitos, e das consequentes necessidades de justiça e recuperação, não é considerada, mas sim silenciada.

A UE, assim, encontra-se a viver num paradoxo. Por um lado, implementa a Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as demais resoluções, mas, por

outro lado, no Conceito de Reforço das Capacidades de Mediação e Diálogo da UE enquadra a participação das mulheres como um meio para atingir outro objetivo, mesmo que este objetivo seja do interesse das mulheres. Desta forma, importa salientar que o objetivo não é somente a inclusão das mulheres. A aposta na preocupação com as experiências das mulheres no conflito é, de facto, crucial para gerar uma identidade europeia com credibilidade e poder normativo na promoção mais ampla da participação das mulheres em todas as fases de resolução de conflitos.

Além disso, embora a compreensão e o compromisso com a WPS tenham certamente evoluído ao longo dos últimos anos, não passa de uma narrativa externa e não tanto interna. Como Deiana e McDonagh sublinham, muitos membros do SEAE admitem que não leram as resoluções da WPS, ou outros documentos políticos relevantes (Deiana & McDonagh, 2017a, p. 6). Embora os peritos de género tenham conhecimentos muito especializados e profundos, muitos outros membros do pessoal parecem incapazes de captar a essência da WPS (Deiana & McDonagh, 2017b, p. 37).

Esta tendência, juntamente com a ênfase do quadro WPS na promoção da participação das mulheres nas estruturas militares, é muitas vezes descrita como “*securitising gender instead of gendering security*” (Deiana & McDonagh, 2017b, p. 42). Por outras palavras, ao “*gendering security*” tornamos explícito como relações de poder e características atribuídas através de concepções socializadas e naturalizadas do feminino e do masculino tem um impacto na segurança. “*Securitizing gender*”, parte da aplicação do conceito de securitização da Escola de Copenhaga ao género.

Remetendo à Escola de Copenhaga, o conceito de securitização do qual parte a expressão “*Securitizing gender*” refere-se à construção discursiva da ameaça. Por outras palavras, designa-se como o processo no qual um ator relevante declara que uma questão particular, uma dinâmica ou um ator é u a ameaça existencial. Posteriormente, se esta ameaça for aceite pelo público, tal fenómeno permite a suspensão da política normal e a utilização de medidas de emergência na resposta à ameaça percecionada. O que esta escola defende é o oposto. Ou seja, uma política de dessecuritização que prevê a remoção de assuntos de segurança da política de exceção para serem incluídos na esfera política.

Segundo este entendimento, a securitização do género é apresentada como um processo intersubjetivo no qual o público tem que aceitar o *speech act* de um ator estatal para que uma questão se torne securitizada. Assim, se o género fosse securitizado, seria um assunto prioritário, acima da política normal, e meios extraordinários poderiam ser utilizados para abordar o problema (Buzan, Waever & Wilde, 1998, p. 28).

Dentro desta teoria, uma questão para ser securitizada tem que ser aceite pelo público, reconhecendo a existência dessa ameaça existencial percebida ao objecto de referência (Hirschauer, 2014). Ao aplicarmos este conceito ao género, a igualdade de género seria o objecto de referência, a ameaça existencial seria, por exemplo, a violência/discriminação de género sistémica. Contudo, o género não pode ser securitizado porque nem todos atores vêem as estruturas sociais como uma realidade socialmente construída e como opressivas ao nível do género.

Deste modo, a conclusão que se retira desta narrativa é que a solução está, de facto, em “*gendering security*”, ou seja, está assente na mudança do sistema militarizado. Note-se que a

ideia da WPS, a essência da sua natureza, não é tornar o conflito quantitativamente mais igualitário em termos de género, não é preencher quotas, mas sim explorar como o género e a sua inclusão podem prevenir a existência do conflito (Bernarding & Lunz, 2020, p. 34).

É importante reconhecer que em 2017, o então Presidente Juncker caracterizou a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) como a “Sleeping Beauty of the Lisbon Treaty” (Comissão Europeia, 2017), deixando dúvidas e curiosidade sobre quem desempenhou o papel do Príncipe Encantado e quem atacou a Bela Adormecida, um ser inconsciente, feminino e supremamente passivo que foi enfeitado, contra a própria vontade, para se apaixonar pelo seu atacante ao acordar. Ademais, Enrique Mora Benavente, que foi nomeado por Josep Borrell para ser Secretário-Adjunto para os Assuntos Políticos, escreveu em 2017: “It is time for the awakening kiss [of the EU/Sleeping Beauty]” (Benavente, 2017), e “whether Europe will be able to make a difference in foreign policy depends on whether member states can fulfil PESCO’s commitments” (Benavente, 2017). Assim, a imagem que prevalece da UE é “as a weak, passive, civilian, civilised (White) woman who wishes to “do good,” waking up to the “needs” of a man’s hard security world” (Davis, 2018, p. 9). Logo, esta imagem desvaloriza características específicas que estão associadas à feminilidade, pelo menos estereotipadas, e reafirma que o verdadeiro poder é racional, militar e masculino e que esse sim é o futuro que a UE tem vindo a defender, no âmbito da resolução de conflitos.

5. Da representação das mulheres a uma transformação da política de segurança

A representação feminina na mediação é um elemento-chave da política externa feminista, mas a participação das mulheres *per se* não constitui uma abordagem feminista. Note-se que a representação e a inclusão das mulheres são características recorrentes na teoria política feminista e no activismo, sendo um exemplo disso, a atitude do governo sueco. Um dos três pilares da sua política externa da Suécia é a representação (os outros dois são direitos e recursos) (Aggestam, Bergman & Kronsell, 2019, p. 30).

Desta forma, representação feminina na mediação é importante porque dá voz a mulheres e outros grupos marginalizados e permite a investigação crítica da presença das mulheres nas negociações de paz. Assim, com a inclusão de mais mulheres em cenários de resolução de paz conseguirá-se investigar como a sua presença afeta a mediação e se “their inclusion can lead to a more equitable distribution of power in conflict ridden societies” (Swedish Foreign Service, 2020, p. 28).

Uma política externa feminista é uma linha de ação para aqueles que estão fora das fronteiras nacionais que é orientada por um compromisso com a igualdade de género e que procura resolver problemas de domínio masculino, desigualdade de género e a desvalorização e denigração daqueles que não se conformam aos estereótipos tradicionais de género (Butler, 1993, p. 20). Deste modo, a política externa feminista procura desafiar os estereótipos tradicionais de género que excluem as mulheres de trabalharem “in hard areas” (Alwan & Weldon, 2017, p. 6). Estereótipos estes como associar a violência aos homens, e retratá-la como um instrumento apropriado para resolver conflitos e manter o domínio ou normalizar a violência masculina para com as mulheres e grupos de género não binários (Sjoberg, 2013, p. 89).

Deste modo, o fim não é igualar números *per se*, mas sim desenvolver e implementar políticas feministas, sendo que até podem ser homens a levar estas políticas avante. Por outras palavras, o aspecto quantitativo, sozinho, não é uma solução a longo prazo. Desta forma, o objetivo final da UE, segundo a Abordagem Estratégica da UE para as Mulheres, Paz e Segurança de 2018 é “women’s leadership and agency in all areas of policy and programming related to peace and security” (Conselho da União Europeia, 2018, p. 7), sendo que este objetivo só será atingido através da inclusão de uma perspetiva de género, da formulação de políticas que precisam de ser transformadas para alcançar resultados mais abrangentes e, não somente, em aumentar o número de mulheres em cargos de mediação/negociação/liderança, embora, seja importante.

Note-se que uma razão chave para a sub-representação das mulheres na mediação é que não existem defensores e defensoras de mais mulheres nos cargos de topo dos Representantes Especiais, não existem comunicados, nem representantes de topo que apelem a esta necessidade. Isto contrasta com a retórica da UE aos representantes externos, segundo a qual a inclusão das mulheres nas negociações do processo de paz é importante para a prevenção de conflitos e para uma paz duradoura. Ademais, observe-se que enfoque nas missões do SEAE tem-se enfatizado cada vez mais a protecção das mulheres no terreno, especialmente da violência sexual, como a prioridade da implementação da agenda WPS da UE. Inadvertidamente, este foco na violência sexual silencia outro ponto da agenda da WPS que é a das mulheres como atores ativos no diálogo para a paz e nas negociações internacionais (Whitworth, 2008, p. 109).

Importa salientar que a UE não protegeu contra os efeitos não intencionais do seu próprio regime de sanções internacionais. As sanções ao Irão apoiadas pela UE “inflict great damage on the Iranian people, civil society and women” (International Civil Society Action Network, 2012, p. 3). Uma análise sensível ao género teria sido responsável pelos efeitos desta política de sanções em todos os sectores da sociedade como a maior marginalização dos grupos economicamente mais vulneráveis da sociedade, tais como famílias nas quais a mãe vive sozinha com os filhos, o impacto nos sectores da indústria de serviços, principalmente dominados por mulheres, e o isolamento internacional que impediu as mulheres iranianas e as organizações de mulheres de construir redes feministas globais à escala global (International Civil Society Action Network, 2012, p. 4).

Dentro do caso das sanções ao Irão, em 2016, as expectativas eram elevadas quando Federica Mogherini viajou para Teerão, apenas alguns meses após o acordo nuclear ter sido implementado. No entanto, não tirando mérito à ex-Alta Representante, esta cometeu um erro que demonstrou mais uma vez o silêncio da UE face às experiências daqueles que sofreram com a guerra. Note-se que Mogherini optou, durante a sua estadia em Teerão, por lançar um diálogo formal sobre os direitos humanos, sem a presença de ativistas e membros da sociedade civil. Ou seja, optou-se por um “formal EU procedure involving not only a country’s government but also its judiciary” (Adebahr & Mittelhammer, 2020, p. 20). Não obstante, no Irão, um Estado conhecido por violações sistémicas dos direitos humanos, e em particular dos direitos das mulheres, há pouco a debater ao nível oficial sobre esta temática. A contradição evidencia-se no facto de após as negociações entre o Irão e o P5+1 em 2015, Mogherini declarou “[h]aving many women at the table in key positions [...] helped us to be concrete and pragmatic the whole way” (Davies

& True, 2019, p. 817), no entanto, um ano depois quando lançou o diálogo oficial sobre direitos humanos com o Irão, as mulheres não participaram, somente o governo do Irão.

6. Como seria uma mediação Feminista da UE

Ao nível da negociação, tem-se argumentado, pela prática e sem generalizar o comportamento das mulheres, que é igualmente importante para o resultado das negociações se as mulheres estão ou não presentes.

O papel de género afeta a forma como homens e mulheres abordam as negociações num sentido lato, onde as características masculinas incluem tipicamente a autoafirmação, competição e domínio, enquanto os guiões femininos implicam cooperação, intimidade e inclusão (Townes & Aggestam, 2018, p. 215). As emoções são muitas vezes ligadas às mulheres e identificadas como sinal de fraqueza, mas usar as emoções na mediação é inteligente. No final do dia podemos ter agendas e antecedentes muito diferentes, ideologias e opiniões, mas há uma coisa que todos temos em comum, que são as emoções, o lado humano. E desistir disso significa desistir da única coisa que se tem em comum.

Deste modo, está comprovado que as mulheres tendem a preferir o diálogo para a resolução de problemas (Barron, 2003, p. 639), favorecendo uma abordagem relacional, ou seja, como menciona Florea, trazendo para a mesa uma componente personalizada de empatia, que é frequentemente subvalorizada em ambientes dominados pelos homens, às negociações (Florea & Scott, 2003, p. 226).

Existem cinco tipos principais de estilos de gestão de conflitos:

“Competing (satisfying one’s own concern at the expense of another’s), accommodating (sacrificing one’s own concern for the sake of another’s), avoiding (neglecting both parties’ concerns by postponing a conflict issue), collaborating (attempting to find a solution that satisfies both parties’ concerns), and compromising (attempting to find a middle ground, which satisfies only partly both parties’ concerns).” (Kilmann & Thomas, 2010, p. 3)

Estudos demonstram que as mulheres “typically are more likely to use cooperative conflict management styles such as collaborating, compromising, or avoiding, while men are more likely to use competing or avoiding strategies in situations of conflict” (Shepherd, 2015, p. 56). Ticker (Tickner, 1994, p. 50) argumenta que as mulheres não se identificam com as instituições estatais dominadas pelos homens que a acompanham. Desta forma, as mulheres tendem a apoiar menos provavelmente a guerra como um instrumento de política estatal e muito provavelmente soluções pacíficas de longo prazo. Ou seja, a visão de Ticker vai ao encontro de que as mulheres tendem a ter uma postura mais colaborativa e conciliadora que os homens.

Saliente-se que no que respeita a conflitos internacionais, “adopting a collaborative or compromising style, rather than a competitive one, can be of great advantage” (Shepherd, 2015, p. 56-57). Desta forma conclui-se que a colaboração produz inputs mais benéficos para as partes em conflito, e um comportamento comprometedor potencia a existência e manutenção de relações amistosas e duradouras. Por outras palavras, significa que para que se encontre uma alternativa que vá ao encontro das partes é preciso identificar as preocupações subjacentes às mesmas, ou seja, implica que se encontre um “common ground” na mesa de negociação e, para

que o mesmo ocorra, é fundamental ouvir o outro.

A investigação baseada em estudos experimentais recolhidos pelo GLOBALED PROJECT mostrou que a introdução das mulheres num “decision-making environment can substantially alter the behaviour of the group” (Davis, 2018, p. 151). Ademais, verificou-se que as mediadoras são mais propensas a interagir com as suas contrapartes, e a trabalhar de forma colaborativa e criativa, do que os negociadores masculinos.

Além disso, Ifat Maoz (2009) apresenta-nos um estudo da relação entre as mulheres, a paz e o efeito do género dos negociadores no contexto do conflito Israel-Palestina. A investigação empírica de Maoz revelou que os inquiridos classificaram a confiança das negociadoras femininas mais alta do que a dos negociadores masculinos, mesmo quando foi oferecido o mesmo compromisso. Por outras palavras, o compromisso feminino foi valorizado mais favoravelmente que um oferecido por um negociador masculino. Também mostrou que os estereótipos de género que retratam as mulheres como mais orientadas para a paz do que os homens poderiam levar a uma profecia autorrealizada (Davis, 2018, p. 151).

Por outras palavras, os estereótipos concedem-lhes uma maior capacidade de promover a paz através da obtenção de apoio, uma vez que as propostas das mediadoras femininas foram consideradas mais credíveis e menos interessadas em si próprias e, portanto, mais em prol de um futuro pacífico e de uma resolução pacífica de um conflito sem meios armados.

Como é que uma perspetiva feminista mudaria a mediação na União Europeia? Uma abordagem feminista exige uma reflexão crítica sobre o papel da UE nas relações de poder globais e no que diz respeito aos seus esforços de mediação. Deste modo, a UE ao adotar uma política externa feminista levará a uma autoavaliação direta da posição europeia em matéria de resolução de conflitos, e conseqüentemente, em matéria de género, ao ter que ter em conta as diferentes experiências e vivências de cidadãos do género masculino, feminino ou não binário.

Ademais, como argumenta Cockburn (2004), uma análise feminista colocaria o conflito armado num continuum de violência e que, portanto, iria procurar padrões que pudessem evidenciar relações entre cenários de guerra e pós-guerra, violência doméstica, desigualdade e ressonâncias das normas socialmente construídas, associadas à feminilidade e à masculinidade hegemónica.

Desta forma, uma perspetiva feminista da UE sobre o conflito armado englobá-lo-ia num espectro ligando o privado, doméstico, local e global (Hough, Stokes, Moran & Pilbeam, 2020, p. 53). Ou seja, a ideia de que o conflito na esfera privada não pode ser separado do conflito no domínio público, que as duas formas de violência estão indissociavelmente ligadas.

Por outras palavras, segundo Caprioli: “Security in the private sphere’ (by which is meant not just the home but all the places where daily life takes place) ‘is crucial to women’s security but is often excluded from prevailing measures of security that focus on public rights” (Caprioli, 2004, p. 413)

Assim, a perceção de que campo de estudo da guerra vai para além do local de confronto e dos combatentes armados, que os civis sofrem impacto direto da violência armada, para além de danos físicos e que o género determina algumas variáveis no que toca à intensificação dos mesmos efeitos colaterais estaria englobada numa grande estratégia da UE, em matéria de resolução de conflitos.

Dado que o feminismo continua a ser um tema tabu na maioria dos países da UE, inclusive a própria Federica Mogherini (Mogherini, 2020, Novembro) não se considera como uma feminista, a UE não precisa de confrontar diretamente as autoridades com tal abordagem, pode falar de igualdade de género ou promoção de uma maior inclusão. Contudo, deve utilizar as oportunidades existentes para dar poder às mulheres para além do domínio do feminismo, encontrando meios criativos para lhes dar voz e apoiá-las através de iniciativas económicas, sociais e regionais e desconstruindo masculinidades tóxicas. É importante referir que embora não exista uma definição universalmente aceite do conceito de “masculinidade tóxica”, o conceito refere-se a um conjunto de ideias, normas e comportamentos socialmente construídos associados à masculinidade. De acordo com Kupers (2005), esta masculina considera-se como tóxica porque envolve a necessidade de competir e dominar agressivamente os outros, sejam mulheres, crianças, homens ou mesmo a sociedade em geral.

Assim, a UE precisa de redefinir o que entende por segurança e formular todas as suas políticas conscientes do género e não somente assegurar a participação igualitária das mulheres no domínio da segurança. Por conseguinte, a UE precisa de integrar o género no seu diálogo com parceiros, por exemplo, envolvendo o conselheiro principal do SEAE em matéria de género.

7. Conclusão

Num quadro mais alargado, a abordagem feminista tem como pilar a igualdade de género, igualdade esta que visa compreender e descodificar as relações de poder de uma forma interseccional. Deste modo, reconhece que a sociedade civil tem um papel fundamental na esfera internacional e na consequente elaboração e implementação de políticas inclusivas.

A mediação da UE apenas abraçou de forma pouco convicta estes princípios. A UE pretende incluir as mulheres e as organizações da sociedade civil na elaboração de políticas, no entanto, esta ambição não está presente nas respostas potenciais aos múltiplos desafios colocados na resolução de conflitos, ou mesmo a nível interno no seio da SEAE.

Apesar da UE ter implementado a WPS na sua agenda, cruzando o género com a segurança, é notável que a falta de representação feminina nos cargos de liderança no domínio da segurança compromete a capacidade da União se projetar enquanto ator robusto da mesma. Deste modo, podemos concluir que a UE, de facto, investe na promoção da igualdade de género para o mundo, por exemplo nas suas parcerias. No entanto, não existe uma reflexão interna sobre se a UE pratica o que prega.

Consequentemente, no cerne da mediação de género está a necessidade de internalizar a agenda e de redefinir o género e não somente falar de homens e de mulheres, de uma forma binária. Enquanto esse fenómeno não ocorrer, a violência de género que surge de estereótipos enraizados na sociedade não será combatida, não será encarada na política externa da União. Ademais, enquanto a situação se mantiver, a UE continuará a ser pautada por uma masculinidade hegemónica dentro das instituições de segurança da UE, como é o caso da SEAE. Deste modo, para além do silêncio em torno do género se refletir negativamente sobre as prioridades da instituição, é um entrave à implementação de uma política feminista europeia. Em última instância, o silêncio em torno do género reflete negativamente sobre as prioridades da instituição.

Para testar a hipótese de que as instituições de segurança da UE operam dentro de um quadro hegemónico masculino, foi realizada uma análise da política de segurança de género da UE através de uma lente feminista, em favor da descoberta de padrões de género e estereótipos ligados à instituição. Subsequentemente, como estudo de caso, o Serviço Europeu para a Ação Externa foi analisado, o papel das femocratas na UE foi também refletido e, como exemplo, foi discutido como, inadvertidamente, os efeitos não intencionais do regime de sanções no Irão em 2016 se devem ao género. A investigação mostrou que uma análise sensível à questão do género teria sido responsável pelos efeitos desta política de sanções em todos os sectores da sociedade como uma maior marginalização dos grupos economicamente mais vulneráveis da sociedade.

Note-se que o artigo expôs que a inclusão das mulheres num ambiente de tomada de decisão pode alterar substancialmente o comportamento do grupo e que as mulheres são portadoras de qualidades essenciais, ou pelo menos benéficas, para a sustentabilidade e sucesso na resolução de conflitos.

Concluindo, este estudo sugere que a mediação como atividade da UE terá de ser repensada e reestruturada se a UE não quiser perder a sua credibilidade como agente de mudança. Nesta base, o conceito de género deve ser tido em conta na conceção de estratégias de prevenção de conflitos que envolvam tanto mulheres no terreno como a importância de não ignorar a complexidade e plenitude da experiência humana e a violência que se esconde por detrás da definição restrita de género. Para trabalhos futuros será de extrema relevância analisar de forma mais detalhada o papel da sociedade civil na consequente elaboração e implementação de políticas inclusivas e alterar a metodologia para que a mesma abarque um tipo de análise qualitativa: as entrevistas. Outro aspeto pertinente de ser explorado futuramente é a pesquisa focada em contextos locais.

Referências

- ACKER, J. (1990). Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations. *Gender and Society*, 4(2), 139–158 Disponível em: www.jstor.org/stable/189609
- ADEBAHR, C., & MITTELHAMMER, B. (2020, novembro 3). A Feminist Foreign Policy to Deal with Iran? Assessing the EU's Options. *Carnegie Europe*. Disponível em: <https://carnegieeurope.eu/2020/11/23/feminist-foreign-policy-to-deal-with-iran-assessing-eu-s-options-pub-83251>
- AGGESTAM, K., BERGMAN ROSAMOND, A., & KRONSELL, A. (2019). Theorising feminist foreign policy. *International Relations*, 33(1), 23–39. <https://doi.org/10.1177/0047117818811892>
- ALWAN, C., & WELDON, L. (2017). What is Feminist Foreign Policy? An Exploratory Evaluation of Foreign Policy in OECD Countries. Disponível no website do European Consortium for Political Research: <https://ecpr.eu/Filestore/paperproposal/05def9c8-34c6-4415-8df1-55144d2fd016.pdf>
- BARRON, L. (2003). Ask and you shall receive? Gender differences in negotiators' beliefs about requests for a higher salary. *Human Relations*, 56(6), 635–662. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00187267030566001>

- BERCOVITCH, J., & GARTNER, S. (2009). *International Conflict Mediation: New Approaches and Findings*. Oxon: Routledge.
- BENAVENTE, E. (2021). Time for the Sleeping Beauty to wake. Disponível no website do ECFR: https://ecfr.eu/article/commentary_time_for_the_sleeping_beauty_to_wake/
- BERNARDING, N. & LUNZ, Kristina. (2020). A Feminist Foreign Policy for the European Union. Disponível no website do Centre for Feminist Foreign Policy: <https://www.hannah-neumann.eu/wp-content/uploads/2020/06/Study-Feminist-Foreign-Policy-for-the-European-Union.pdf>
- BUTLER, J. (1993). Critically queer. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* 1(1), 17-32. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/glq/article-abstract/1/1/17/9896/Critically-Queer?redirectedFrom=fulltext>
- BUZAN, Barry., WAEVER, Ole., & WILDE, Jaap de. (1998). *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Pub.
- CAPRIOLI, M. (2004). Democracy and Human Rights versus Women's Security: A Contradiction? *Security Dialogue*, 35(4), 411-428. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26298581>
- COHEN, C. (2013). *Women and Wars: Towards a Conceptual Framework*. Cambridge: Polity Press.
- Comissão Europeia (2019a). 2019 report on equality between women and men in the EU. Disponível no website da Comissão Europeia: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/f3dd1274-7788-11e9-9f05-01aa75ed71a1/>
- Comissão Europeia (2019b). Women in management: Juncker Commission exceeds its 40% target. Disponível no website da Comissão Europeia: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_19_6139
- Comissão Europeia (2017). European Commission welcomes first operational steps towards a European Defence Union. Disponível no website da Comissão Europeia: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_17_5205
- Comissão Europeia (2020). Gender Equality Strategy 2020-2025. Disponível no website da Comissão Europeia: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_20_357
- Conselho da União Europeia (2008). Comprehensive approach to the EU implementation of the United Nations Security Council Resolutions 1325 and 1820 on women, peace and security 2008. Disponível no website do Conselho da União Europeia: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST%2015671%202008%20REV%201/EN/pdf>
- Conselho da União Europeia (2019). EU Action Plan on Women, Peace and Security (WPS) 2019-2024. Disponível no website do Conselho da União Europeia: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-11031-2019-INIT/en/pdf>
- Conselho da União Europeia (2018). Women, Peace and Security – Council Conclusions. Disponível no website do Conselho da União Europeia: <https://www.consilium.europa.eu/media/37412/st15086-en18.pdf>
- Conselho da União Europeia (2009). Concept on Strengthening EU Mediation and Dialogue Capacities 2009. Disponível no website do Conselho da União Europeia: <https://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%2015779%202009%20INIT>

- Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000). Resolution 1325 (2000) on Women and peace and security. Disponível no website da Organização das Nações Unidas: <https://www.un.org/ruleoflaw/blog/document/security-council-resolution-1325-2000-on-women-and-peace-and-security/>
- DAVIES, S., & TRUE, J. (2019). *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. New York: Oxford University Press.
- DAVIS, Laura. (2018). Kissing the frog: Gender equality in EU conflict prevention and other fairy tales. Disponível no website do European Peacebuilding Liaison Office: https://euciv-cap.files.wordpress.com/2018/05/eu-civcap_deliverable_3-4_web.pdf
- DEIANA, M., & MCDONAGH, K. (2017a). Add Women and Hope? Assessing the Gender Impact of EU Common Security and Defence Policy (Csdp) Missions Policy Report. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/84263323.pdf>
- DEIANA, M., & MCDONAGH, K. (2017b). ‘It is important, but...’, translating the Women Peace and Security (WPS) Agenda into the planning of EU peacekeeping missions. *Peacebuilding*, 6(1), 34-48. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21647259.2017.1303870>
- Departamento de Política Orçamental (2019). Gender responsive EU Budgeting Update of the study ‘The EU Budget for Gender Equality’ and review of its conclusions and recommendations. Disponível no website do Parlamento Europeu: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/621801/IPOL_STU\(2019\)621801_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/621801/IPOL_STU(2019)621801_EN.pdf)
- FERGUSON, K. (1993). *The Man Question Visions of Subjectivity in Feminist Theory* (1st ed). Los Angeles: University of California Press.
- FLOREA, N., & SCOTT, B. (2003). Negotiating from Mars to Venus: Gender in Simulated International Negotiations. *Simulation Gaming*, 24(2), 226–248. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.985.7977&rep=rep1&type=pdf>
- GUERRINA, R., & WRIGHT, K. (2016). Gendering Normative Power Europe: Lessons of the Women, Peace and Security agenda. *International Affairs*, 92(2), 293–312. Disponível em: https://library.pcw.gov.ph/sites/default/files/GUERRINA_et_al-2016-International_Affairs.pdf
- HAASTRUP, T. (2018). Creating Cinderella? The Unintended Consequences of the Women Peace and Security Agenda for EU’s Mediation Architecture. *International Negotiation*, 23(2), 218-237. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/15718069-23021150>
- HOUGH, P., STOKES, W., MORAN, A., & PILBEAM, B. (2020). *International Security Studies: Theory and Practice* (2nd ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429024177>
- International Civil Society Action Network (2012). What the Women Say: Killing them Softly: The Stark Impact of Sanctions on the Lives of Ordinary Iranians. Disponível no website do International Civil Society Action Network: <https://www.icanpeacework.org/wp-content/uploads/2017/03/What-the-Women-Say-Iran-Brief-Summer-2012.pdf>
- KILMANN, R., & THOMAS, K. (2010). The Thomas-Kilmann Conflict Mode Instrument. Disponível em: <https://www.skillsone.com/Pdfs/smp248248.pdf>
- KRONSELL, A. (2005a). The Power of EU Masculinities: A Feminist Contribution to European Integration Theory. *Journal of Common Market Studies* [online]. 2015, vol. 54, nº1,

- pp. 104-120 [accedido a 1 de dezembro de 2020]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284797408_The_Power_of_EU_Masculinities_A_Feminist_Contribution_to_European_Integration_Theory
- KRONSELL, A. (2005b). Gendered Practices in Institutions of Hegemonic Masculinity. *International Feminist Journal of Politics*, 7(2), 280-298. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248994698_Gendered_Practices_in_Institutions_of_Hegemonic_Masculinity
- KUPERS T. A. (2005). Toxic masculinity as a barrier to mental health treatment in prison. *Journal of clinical psychology*, 61(6), 713–724. <https://doi.org/10.1002/jclp.20105>
- LOVENDUSKI, J. (1998). Gendering Research in Political Science. *Annual Review of Political Science*, 1, 333–56. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.1.1.333>
- MOGHERINI, F. (2020, novembro 3). Student Event// Women in Diplomacy — In Discussion with Rector Federica Mogherini. Ficheiro em vídeo]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DM4d-_Vgx1M
- MACRAE, H. (2010). The EU as a Gender Equal Polity: Myths and Realities. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 48(1), 155-174. doi:10.1111/j.1468-5965.2009.02046.x
- MAOZ, I. (2009). The Women and Peace Hypothesis? The Effect of Opponent Negotiators' Gender on the Evaluation of Compromise Solutions in the Israeli-Palestinian Conflict, *International Negotiation*, 14(3), 519-536. doi: <https://doi.org/10.1163/138234009X12481782336267>
- Parlamento Europeu (2020). Parliamentary questions: Gender equality in the EEAS. Disponível no website do Parlamento Europeu: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-9-2020-004186_EN.html
- PRATT, N., e RICHTER-DEVROE, S. (2011). Critically Examining UNSCR 1325 on Women, Peace and Security. *International Feminist Journal of Politics*, 13(4), 489-503. Disponível em: http://www.peacewomen.org/assets/file/pratt_richter-devroe_-_critically_examining_unscr_1325_on_women_peace_and_security.pdf
- PUECHGUIRBAL, N. (2012). The Cost of Ignoring Gender in Conflict and Post-Conflict Situations: A Feminist Perspective. *Amsterdam Law Forum*, 4(1), 4-19. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228192674_The_Cost_of_Ignoring_Gender_in_Conflict_and_Post-Conflict_Situations_A_Feminist_Perspective
- Serviço Europeu para a Ação Externa (2011). EU HR/VP Catherine ASHTON attends 'Women & Political Participation'. Disponível no website do Serviço Europeu para a Ação Externa: https://eeas.europa.eu/archives/features/features-working-women/working-with-women/article06_en.html
- Serviço Europeu para a Ação Externa (2020a). EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE HQ Organisation chart. Disponível no website do Serviço Europeu para a Ação Externa: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/3602/organisation-chart-eeas_en
- Serviço Europeu para a Ação Externa (2020b). Share Bringing women voices to the forefront of the Syrian Peace Process. Disponível no website do Serviço Europeu para a Ação Ex-

- terna: https://eeas.europa.eu/delegations/un-rome/87749/bringing-women-voices-forefront-syrian-peace-process_hy
- Serviço Europeu para a Ação Externa (2019). HUMAN RESOURCES REPORT. Disponível no website do Serviço Europeu para a Ação Externa: https://eeas.europa.eu/sites/default/files/eeas_human_resources_report_2019.pdf
- SHEPHERD, L. (2011). Sex, Security and Superhero(in)es: From 1325 to 1820 and beyond. *International Feminist Journal of Politics*, 13(4), 504-521. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616742.2011.611659>
- SHEPHERD, C. (2015). The Role of Women in International Conflict Resolution. *Hamline University's School of Law's Journal of Public Law and Policy*, 36(2), 55-67. Disponível em: <http://digitalcommons.hamline.edu/jplp/vol36/iss2/1>
- SJOBERG, L. (2013). *Gendering Global Conflict: toward a feminist theory of war*. New York: Columbia University Press.
- SKELSBAEK, I., & SMITH, D. (2001) *Gender, Peace and Conflict*. London: Sage.
- Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu (2017). STUDY: Women in CSDP missions. Disponível no website do Parlamento Europeu: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/603855/EXPO_STU\(2017\)603855_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/603855/EXPO_STU(2017)603855_EN.pdf)
- Swedish Foreign Service (2020). The Swedish Foreign Service action plan for feminist foreign policy 2019–2022, including direction and measures for 2020. Disponível no website do Swedish Foreign Service: <https://www.government.se/499195/contentassets/2b694599415943ebb466af0f838da1fc/the-swedish-foreign-service-action-plan-for-feminist-foreign-policy-20192022-including-direction-and-measures-for-2020.pdf>
- TICKER, J. A. (1994). Feminist perspectives on peace and world security in post-cold war era. In M.T Klare (Ed.), *Peace and world security studies: A curriculum guide*. Boulder: Lynne Rienner
- THOMAS, S. (1998). Gender Power, Leadership, and Governance. *American Political Science Review*, 92(2), 456–456. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/gender-power-leadership-and-governance-edited-by-georgia-duerstlahti-and-rita-mae-kelly-ann-arbor-university-of-michigan-press-1995-305p-4750-cloth-1795-paper/06E165DD1A060B12F85E00A887449155> p. 20
- TOWNS, A., & E AGGESTAM, K. (2018). *Gendering Diplomacy and International Negotiation*. Cham: Palgrave Macmillan.
- VALKONEN, J., & HÄNNINEN, V. (2013). Narratives of Masculinity and Depression. *Men and Masculinities*, 16(2), 160–180. <https://doi.org/10.1177/1097184X12464377>
- VAN DER VLEUTEN, A. VAN EERDEWIJK, Anouka e ROGGE BAND, Conny. (2014). *Gender Equality Norms in Regional Governance: Transnational Dynamics in Europe, South America and Southern Africa*. Cham: Palgrave Macmillan.
- WHITWORTH, S. (2008). Feminist Perspectives. In: P. Williams. *Security Studies* (pp. 103-114). Oxon: Routledge.
- WOODWARD, A. (2004). Building Velvet Triangles: Gender and Informal Governance. In S. Piattoni, & T. Christiansen (Eds.), *Informal Governance and the European Union* (pp. 76-93). Edward Elgar.

WÖHL, S., e SPRINGLER, E. (2020). *The State of the European Union: Fault Lines in European Integration*. Wiesbaden: Springer.

COCKBURN, C., 2004, The Continuum of Violence: A Gender Perspective on War and Peace. In Giles, W. & Hyndman, *Sites of Violence: Gender and Conflict Zones* (pp. 24-44). Berkeley: University of California Press.